

Assédio Moral

Por: Grazielle B. Santos
Professor Orientador: Alexandre C. Pagliarini

Fundada na imagem e na aparência a sociedade atual deixou para segundo plano os valores humanos. Adquiriu característica de superficialidade, em que o que importa é o acúmulo de reservas financeiras, o sucesso e um bom currículo para alcançar os melhores empregos, não importando os meios utilizados para atingi-los¹.

Dessa forma ao descrever a sociedade e seus percalços, verifica-se que suas influências são sentidas diretamente nas relações de emprego e interpessoais. Havendo essa quebra de harmonia, cria-se a ocasião propícia à agressividade e, por conseguinte, à perversão, característica fundamental do Assédio Moral. A psicóloga francesa Marie-France Hirigoyen² conceitua o Assédio Moral como:

*toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobre tudo por comportamento, palavras, atos, gestos, escritos que possam **trazer dano a personalidade, a dignidade ou a integridade física de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.** (grifamos)*

¹ MAK'GREGOR, Will'S. **Sim, Sim; Não, Não: Não Sou a Favor Nem Contra, Muito Pelo Contrário**, pp. 95-96 107-108, faz importante e provocativo comentário, complementando o raciocínio exposto, razão pela qual optou-se por transcrevê-lo na íntegra: "As pessoas estão vendo os paradigmas (não é mais 'o' paradigma e sim 'os' paradigmas), e junto estão descartando as premissas e envelhecendo antes do tempo. Note como você está envelhecido. A espécie humana está assim, sem estrutura; e está dessa forma por causa do programa, o velho programa. Você foi programado a se submeter, a ser subserviente, a abaixar-se diante do superior, a levantar a mão fazendo continência perante o graduado, a aceitar o domínio. Alguém sempre tem de dominar – assim foi estabelecido. O que aconteceu? Acabou acostumando-se tanto, que já nem percebe mais; acostumou-se a ser dominado e começou a desenvolver um masoquismo. (...) Quando a pessoa envelhece, depois de ter vivido sempre subjugada, resolve pugnar pela democracia, dizendo: eu quero o meu espaço, o meu lugar, também tenho direitos. Ora, não tem direitos, tem deveres, não confunda as coisas. Você deve isto, deve aquilo, deve aquele outro. Do seu nascimento até a idade de 7 anos, uma criança ouve cerca de 80 mil vezes a palavra 'não'. Você só tem de obedecer, e vai gritar a todos que é livre? Que é detentor do livre-arbítrio? (...) Pois a pessoa humana, sendo como é, e estruturada como foi, pelas concepções históricas que moldaram a sociedade de tal modo que todos estivessem enquadrados nas idéias sociais, está incluída no inconsciente coletivo, porque é pessoal, é *persona*, entra naquilo que está em moda hoje: o atendimento 'personalizado', e este só é passível de execução para quem estiver incluído no coletivo. O humano é assim, personal. (...)".

² HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral: a Violência Perversa no Cotidiano**, p. 224.

O conceito acima remete ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que atualmente consiste na valoração jurídica dos valores humanos, cada qual em suas devidas proporções, tendo sempre como fonte a essência Humana. Esse conceito não é imutável. Isso porque não apenas a Pessoa Humana tem a evolução, mas também a sociedade e todos os outros segmentos necessários à sobrevivência. A forma que será dada a esta evolução, influenciará diretamente à atualização do conceito. E isso deve ocorrer como uma necessidade de um dinamismo no tratamento da pessoa humana³.

Logo, evidente está que o Assédio Moral desrespeita a dignidade da pessoa humana, uma vez que o uso do poder arbitrário, a pressão gerada pelo assediador provoca a redução da produtividade, insatisfação e conseqüências de ordem física e psíquica no assediado.

O princípio da dignidade da pessoa humana se fundamentou, inicialmente nos direitos da primeira dimensão, persistiu e se tornou mais consistente na segunda, para finalmente, ter o seu reconhecimento na terceira dimensão.

Apesar do merecido destaque que o princípio da dignidade da pessoa humana recebeu na Constituição de 1988, conforme demonstra Flávia Piovesan⁴, o conceito da dignidade não é um conceito constitucional, mas uma constatação que se deve destacar como verdadeiro fundamento da República brasileira, atraindo o conteúdo de todos os direitos fundamentais. Isto porque se entende que estes princípios não envolvem apenas a ordem jurídica, mas

³ PERTUZATTI, Dirceu. **Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas**. Univali/SC, 2005, p.119

⁴ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**, p. 26 “Desde seu preâmbulo, a Carta de 1988 projeta a construção de um Estado Democrático de Direito. Dentre os fundamentos que alicerçam o Estado Democrático de Direito brasileiro, destacam-se a cidadania e dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III). Vê-se aqui o encontro do princípio do Estado Democrático de Direito e dos Direitos fundamentais, fazendo-se claro que os direitos fundamentais são um elemento básico para a realização do princípio democrático, tendo em vista que exercem uma função democratizadora. (...) Considerando que toda constituição há de ser compreendida como unidade e como sistema que privilegia determinados valores sociais, pode-se afirmar que a Carta de 1988 elege o valor da dignidade humana como valor essencial, que lhe dá unidade de sentido. Isto é, o valor da dignidade humana informa a ordem constitucional de 1988, imprimindo-lhe uma feição particular.”

também a ordem econômica, cultural e política. E todos possuem um fundamento constitucional⁵.

Neste pensamento, entende-se que deve haver uma preocupação constante em manter os benefícios obtidos, em termos de evolução, com os direitos de primeira e segunda dimensão, fazendo com que os de terceira sejam firmados na sociedade. Toda dimensão teve sua contribuição para a humanidade e não pode ser esquecida. A cada nova dimensão, haverá o compromisso da responsabilidade pelo crescimento para manter os valores alcançados. Portanto, a evolução da humanidade dependerá da forma que esses valores serão tratados, procurando um novo alento à compreensão que a sociedade fará em face da dignidade humana.

Neste sentido depara-se com a incidência cada vez maior de desigualdades, preconceitos e conflitos que ainda não tem o devido respaldo legal. Conforme demonstra recente levantamento apresentado pelo Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro o número de casos de Assédio Moral investigados cresceu sete vezes em quatro anos: passou de 17, em 2004, para 117, em 2008, uma alta de 588,2%. Já em 2009, o número de queixas já chega a 90 só até julho⁶.

Assim, é imprescindível a criação de uma Lei que aborde a questão do Assédio Moral, não apenas de forma generalizada e restrita ao ambiente de trabalho, mas que abranja os domicílios, escolas, áreas de lazer, corporações etc. A sociedade não deve se contentar com soluções paliativas como: reparar danos e indenizá-los. O Assédio Moral deve ser enfrentado pela sociedade, instituições, organizações, fazendo uso do poder coercitivo do Estado na conquista de um direito onde as diferenças se estabeleçam de modo justo e igualitário, resgatando a dignidade humana e contribuindo para atitudes realmente democráticas e transformadoras.

⁵ GIORGIS, José Carlos Teixeira. **Homossexualidade – Discussões jurídicas e psicológicas**, p. 132.

⁶ [HTTP://g1.globo.com](http://g1.globo.com) – matéria publicada em 11/08/2009 – acessado em 10/11/2009.